



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL - CGPISF

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às catorze horas e trinta minutos, em sua sede na Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 917, Brasília/DF, foi realizada a **1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (CGPISF)**. A reunião foi organizada pelo Departamento de Projetos Estratégicos e presidida pelo Secretário Nacional de Segurança Hídrica, Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, na qualidade de Presidente do CGPISF. Estiveram presentes os seguintes representantes, titulares e suplentes: Bruno Cravo Alves, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR); Irani Braga Ramos, da Casa Civil da Presidência da República (CC-PR); Alfredo Assis de Carvalho e Edson Sena de Andrade Junior, do Ministério da Fazenda (MF); Guilherme Silva de Godoi e Wilson Rodrigues de Melo Junior, do Ministério de Minas e Energia (MME); Dorotea Blos, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Alexandre Resende Tofeti, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Paulo Lopes Varella Neto e Paulo Sidney Gomes Silva, do Estado do Rio Grande do Norte (RN); Deusdete Queiroga Filho e Porfírio Catão Cartaxo Loureiro, do Estado da Paraíba (PB); José Almir Cirilo e Suzana Maria Gico Lima Montenegro, do Estado de Pernambuco (PE); José Maciel Nunes de Oliveira e Marcus Vinícius Polignano, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). Estava presente, como convidado representando o Estado do Ceará (CE), Ramon Flávio Gomes Rodrigues. A reunião foi aberta pelo presidente do CGPISF, Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (MIDR), que deu as boas-vindas, agradeceu a presença de todos e introduziu a pauta das deliberações a serem realizadas. Em seguida, passou a palavra ao representante do Departamento de Projetos Estratégicos (DPE), Sr. Stanley Rodrigues Bastos, que, na qualidade de representante da Secretaria Executiva do CGPISF, conduziu uma apresentação sobre a retomada do Conselho. Foi feito um breve histórico do CGPISF, suas competências, além da introdução dos membros titulares e suplentes. Também foi explicado que a alteração do Decreto nº 5.995/2006, a fim de compatibilizá-lo com a estrutura administrativa estabelecida inicialmente pela Lei nº 13.844/2019 e posteriormente pela Lei nº 14.600/2023, possibilitou a retomada do CGPISF. Por fim, foi esclarecido que, dentre as diversas atribuições contidas no Artigo 6º do Decreto nº 5.995/2006 para o CGPISF, as reuniões de acompanhamento da execução do PISF serão tratadas no âmbito do Conselho. O Sr. Paulo Lopes Varella Neto (RN) questionou se estas reuniões ficariam restritas aos integrantes do Conselho ou se continuariam abertas. Em resposta, o Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) confirmou que as reuniões permanecerão abertas para permitir a continuidade da participação dos membros que colaboram atualmente. Após a apresentação, o Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) passou ao item 3 da pauta, debate e discussão sobre a proposta de regimento interno e deliberação sobre sua aprovação. Perguntou aos presentes se haveria necessidade de leitura do novo Regimento Interno, uma vez que este já havia sido enviado previamente. Sem objeções, foi então proposta a aprovação do novo Regimento Interno. O Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME) mencionou que, em sua opinião, a leitura não era necessária, mas questionou quais foram as mudanças mais relevantes realizadas no Regimento Interno anterior que impactaram no novo regimento apresentado. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) esclareceu que as mudanças foram mínimas, apenas para adequar o regimento ao cenário atual do Conselho. Após isso, o Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME)

afirmou concordar com a aprovação do Regimento Interno. O Sr. Paulo Lopes Varella Neto (RN) solicitou a inclusão das competências dos membros do CGPISF e questionou os motivos pelos quais os Comitês das Bacias Receptoras não estão representados no Conselho. Em seguida, o Sr. José Maciel Nunes de Oliveira (CBHSF) mencionou sua participação em um evento realizado em João Pessoa (PB), com mais de 700 pessoas presentes, onde foi questionada a exclusão dos Comitês das Bacias Receptoras na retomada do CGPISF. A Sra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro (PE) levantou questões sobre a metodologia de convocação das reuniões extraordinárias, que não estavam claras no novo Regimento Interno, apontando um conflito nos artigos 8º e 9º. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) explicou que o artigo 8º refere-se à periodicidade e considerou que a frase "*a requerimento de qualquer de seus membros*" estava inadequada, sugerindo substituí-la por "*a qualquer tempo*". Assim, o artigo 8º foi modificado para maior clareza e compreensão. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) consultou a Sra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro (PE) sobre a nova redação, obtendo seu consentimento. O Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues (CE) concordou com Sr. Paulo Lopes Varella Neto (RN), afirmando que as atribuições dos membros deveriam ser detalhadas da mesma forma que as do Presidente e da Secretaria-Executiva. Em seguida, o Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) voltou ao tema dos Comitês das Bacias Receptoras, explicando que quando retornou no Departamento de Projetos Estratégicos (DPE), esse processo já estava em andamento, não tendo participado da discussão inicial. Destacou que, devido à urgência na aprovação do Regimento Interno do CGPISF para retomar as atividades do Conselho, a discussão sobre a reintegração dos Comitês das Bacias Receptoras poderia ser adiada para um momento posterior, uma vez que essa reinserção depende de uma alteração no Decreto nº 5.995/2006. O Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (MIDR) questionou a viabilidade de criar uma Câmara Técnica para tratar dos Comitês das Bacias Receptoras. Em seguida, o Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues (CE) observou que, considerando que são quatro Estados beneficiados pelo PISF, sugeriu-se que esses pudessem indicar o Comitê representante. O Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) questionou se desta reunião poderia resultar uma recomendação ou indicação relacionada à seleção dos membros, destacando a importância de documentar essa necessidade na Ata. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) concordou que seria apropriado registrar essa proposta na Ata da reunião e sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para dar continuidade a essa discussão. Ainda sobre este tema, o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) questionou se haveria mais tempo para debater-lo. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) mencionou que não estavam preparados para discutir este assunto naquele momento, mas concordou que poderia ser registrado na Ata. O Sr. José Maciel Nunes de Oliveira (CBHSF) expressou que não seria apropriado aguardar seis meses para discutir o assunto e sugeriu que a questão dos Comitês das Bacias Receptoras fosse abordada antes da próxima reunião ordinária. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) afirmou que há a possibilidade de convocar uma reunião extraordinária para tratar desse tema. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR), enfatizou que o tema central da reunião era a aprovação do Regimento Interno, mencionando que durante as discussões feitas havia a proposta de revisar o Decreto e discutir o papel dos membros. Destacou que, com o Regimento Interno aprovado, o Presidente tem a competência de instituir um Grupo de Trabalho em até 30 dias, evitando a necessidade de esperar pela próxima reunião ordinária. Portanto, propôs retomar a discussão sobre o Regimento Interno e concluir-la, com o indicativo de o Presidente instituir um Grupo de Trabalho para discutir as competências dos membros e outro para que se discuta a composição do Conselho. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) agradeceu as palavras do Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR), destacando a importância de aprovar o regimento interno para possibilitar a criação dos Grupos de Trabalho e Câmara Técnica, em especial do Plano de Gestão Anual (PGA). Em seguida, o Sr. Marcus Vinícius Polignano (CBHSF) concordou plenamente com os encaminhamentos dados, expressando sua concordância na aprovação do Regimento Interno e solicitando que as ressalvas apontadas fossem incluídas na Ata. Por fim, o Sr. Paulo Lopes Varella Neto (RN) reiterou a importância de incluir as competências dos Conselheiros no Regimento Interno. Em discussão e votação, o novo Regimento Interno foi aprovado por unanimidade, com a alteração do Artigo 8º apontada pela Sra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro (PE). Ficou decidido que na próxima reunião será apresentado um texto a ser incluído no Regimento Interno, definindo de forma mais clara a competência dos conselheiros. Após a aprovação do Regimento Interno, iniciou-se a discussão sobre a instituição dos Grupos de Trabalho e da Câmara Técnica. O Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (MIDR) designou que o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) assumisse a função de Coordenador da CT do PGA e, no prazo indicado, compusesse a equipe que elaborará e proporá as diretrizes para a elaboração do PGA. Dando sequência, os representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) já haviam manifestado, previamente, interesse

em participar da CT do PGA. O Sr. Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (PB) reivindicou que todos os Estados beneficiados pelo PISF tenham assento na Câmara Técnica. O Sr. Paulo Sydney Gomes Silva (RN) sugeriu que a participação dos Estados seja obrigatória e que aos demais representantes do CGPISF seja facultada a indicação de membros. Também questionou se essa indicação se refere apenas ao titular e ao suplente. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) respondeu que essa questão pode ser resolvida internamente nos Estados, que deverão indicar seus membros. O Sr. Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (PB) afirmou que o Estado da Paraíba demonstra interesse em participar do CT do PGA. O Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME) sugeriu que esse item seja enviado aos membros do CGPISF por e-mail para que indiquem os participantes. Quanto aos dois Grupos de Trabalho inicialmente previstos (GT de Monitoramento do PISF e GT do rio Piranhas-Açu), o Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (MIDR) sugeriu o mesmo procedimento recomendado à Câmara Técnica, ou seja, o envio de e-mail aos Estados constituintes do CGPISF para a indicação de membros. Quanto aos Grupos de Trabalho, o Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME) indagou se estes teriam um prazo máximo de 90 dias. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) respondeu que os Grupos de Trabalho podem ser permanentes ou temporários e que, neste caso específico, o Grupo de Trabalho relativo ao monitoramento do PISF é permanente, enquanto o do rio Piranhas-Açu é temporário. O Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME), no entanto, propôs que as reuniões de monitoramento não sejam mensais, mas com um espaçamento maior, como trimestral, pois, em seu entendimento, não haveria tantas mudanças de um mês para o outro. O Sr. Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (PB) interveio, afirmando que essas reuniões precisam ser realizadas mensalmente. Diante disso, o Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME) opta por não participar do referido Grupo de Trabalho devido a outras agendas. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR), manifestou interesse em participar do GT de Monitoramento do PISF, mas declinou de participar do GT do rio Piranhas-Açu e da CT do PGA. O Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues (CE) pediu a palavra e questionou qual é a ligação do GT de Monitoramento do PISF com o grupo que a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) coordena mensalmente. O Sr. Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (PB), afirmou que o monitoramento da ANA será substituído pelo Grupo de Trabalho e que este grupo deveria envolver os mesmos membros que atualmente atuam no grupo da ANA. O Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (MIDR) afirmou que a ideia é que a ANA também seja envolvida e assuma a coordenação do GT de monitoramento do PISF. O Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues (CE) afirmou, então, que os Estados beneficiados pelo PISF devem ter interesse em participar. A Sra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro (PE), também manifestou interesse. O Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME) observou que há uma grande simetria de informação entre o monitoramento do PISF e o PGA e questionou por que esses estão sendo transferidos para um Grupo de Trabalho e Câmara Técnica. O Sr. Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (PB) respondeu que, anteriormente, o PGA era tratado nos Estados junto à ANA, e que a partir de agora será criada uma Câmara Técnica para discutir as diretrizes do PGA. Acrescentou que o GT de monitoramento do PISF realiza reuniões mensais com a ANA, MIDR, CODEVASF, DNOCS e os quatro Estados beneficiados para o monitoramento das vazões, obras, manutenções, etc. Dessa forma, o Grupo de Trabalho monitoraria o PISF, enquanto a Câmara Técnica definiria as diretrizes para a elaboração do PGA. O Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (MIDR) comentou que o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, extinguiu os conselhos, mas a rotina continuou sem o CGPISF. O Sr. Paulo Lopes Varella Neto (RN) propôs que, em reconhecimento pelo trabalho realizado pela ANA durante a ausência do CGPISF, esta continuasse a coordenar o grupo proposto. O Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME) reforçou a importância de formalizar, neste momento, quais outros órgãos que não compõem o CGPISF serão convidados. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) interveio e disse que os membros do CGPISF poderão definir quem participará do GT de monitoramento. O Sr. Guilherme Silva de Godoi (MME) esclareceu que estava se referindo à Câmara Técnica do PGA, sugerindo que a ANA deveria coordená-la. O Sr. Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (PB), afirmou que a CT do PGA será coordenada pelo MIDR. Por fim, foi aprovada a instalação dos Grupos de Trabalho e da Câmara Técnica. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) passou a palavra para quem quisesse fazer suas considerações finais. O Sr. Paulo Lopes Varella Neto (RN) ressaltou a importância da retomada do CGPISF e das ações associadas e afirmou que os representantes dos Estados beneficiados se sentem "porta-vozes" dos pedidos dos Comitês das Bacias Receptoras. O Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (MIDR) propôs que a questão dos Comitês das Bacias Receptoras fosse registrada. O Sr. Alexandre Resende Tofeti (MMA), perguntou se havia alguma expectativa de avançar em algumas pautas ainda este ano. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR), afirmou que o órgão que representa está muito feliz com a retomada do CGPISF e que a ausência do Conselho Gestor foi superada. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) manifestou preocupação com

a sustentabilidade a longo prazo do PISF e sugeriu que, na próxima reunião, haja um nivelamento das informações. O Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) expressou preocupação com a disseminação de notícias falsas (*fake news*) relacionadas ao PISF e defendeu uma comunicação mais eficiente com a sociedade sobre as obras. O Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior (MMA), apoiou a ideia de uma comunicação positiva para a sociedade. O Sr. Deusdete Queiroga Filho (PB) também defendeu uma comunicação positiva que enalteça a importância dessa obra. O Sr. José Maciel Nunes de Oliveira (CBHSF) também manifestou preocupação com a disseminação de notícias falsas sobre as obras do PISF e defendeu uma comunicação mais eficiente. O Sr. Marcus Vinícius Polignano (CBHSF) concordou e destacou a necessidade de aporte de recursos para a revitalização do Rio São Francisco, para manter sua capacidade doadora. Ao final da reunião, o Presidente do CGPISF, Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (MIDR), agradeceu a presença de todos e destacou o grande desafio de restabelecer o CGPISF, ressaltando parceria com a Casa Civil da Presidência da República, e dos próximos desafios em aperfeiçoar o funcionamento do conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual, para constar, eu, Altair Botelho de Mesquita, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Porfirio Catão Cartaxo Loureiro, Usuário Externo**, em 12/12/2024, às 15:03, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Flávio Gomes Rodrigues, Usuário Externo**, em 13/12/2024, às 10:16, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo sidney Gomes Silva, Usuário Externo**, em 16/12/2024, às 17:31, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Irani Braga Ramos, Usuário Externo**, em 19/12/2024, às 10:37, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Lopes Varella Neto, Usuário Externo**, em 19/12/2024, às 11:46, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Assis de Carvalho, Usuário Externo**, em 20/12/2024, às 09:49, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Almir Cirilo, Usuário Externo**, em 23/12/2024, às 12:08, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Resende Tofeti, Usuário Externo**, em 21/01/2025, às 17:53, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Deusdete Queiroga Filho, Usuário Externo**, em 13/02/2025, às 16:10, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MACIEL NUNES DE OLIVEIRA**, Usuário Externo, em 10/03/2025, às 11:54, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Maria Gico Lima Montenegro**, Usuário Externo, em 10/03/2025, às 15:19, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silva de Godoi**, Usuário Externo, em 21/03/2025, às 17:48, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**, Usuário Externo, em 24/03/2025, às 13:24, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS POLIGNANO**, Usuário Externo, em 24/03/2025, às 14:01, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Dorotea Blos**, Usuário Externo, em 25/03/2025, às 09:46, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cravo Alves, Diretor(a) do Departamento de Projetos Estratégicos**, em 27/03/2025, às 10:57, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 27/03/2025, às 15:14, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5493576** e o código CRC **E964DF39**.